



Carlos Loureiro &lt;carlosloureiropt@gmail.com&gt;

---

**FW: CEA - Atos de engenharia - Versão Final de 17Abr15 Compacta**

2 mensagens

---

**Carlos Loureiro** <carlos.loureiro@ordemdosengenheiros.pt>  
Para: "carlosloureiropt@gmail.com" <carlosloureiropt@gmail.com>

14 de maio de 2015 12:03

Carlos Almeida Loureiro  
Vice Presidente Nacional

---

Ordem dos Engenheiros  
Av. António Augusto de Aguiar, 3 D  
1069-030 Lisboa  
T (+351) 213 132 609 F (+351) 213 132 615  
[www.ordemengenheiros.pt](http://www.ordemengenheiros.pt)  
[carlos.loureiro@ordemdosengenheiros.pt](mailto:carlos.loureiro@ordemdosengenheiros.pt)



---

**De:** Imarinheiro [mailto:[Imarinheiro@gmail.com](mailto:Imarinheiro@gmail.com)]

**Enviada:** quinta-feira, 14 de Maio de 2015 10:23

**Para:** Carlos Loureiro

**Cc:** Bastonario; José Vieira (UMINHO); Leonor Amaral; João Miguel Tiago de Almeida; José Sardinha; Ema Matos; Carlos Afonso Teixeira; Fernando Santana; António Brito; Arménio de Figueiredo; Colegio Ambiente

**Assunto:** OE: CEA - Atos de engenharia - Versão Final de 17Abr15 Compacta

Prezado Eng.º Carlos Loureiro,

Vimos, por este meio e na sequência da reunião tida na manhã de ontem com representantes do Colégio de Engenharia Civil (CEC), submeter uma versão compacta do documento final entregue ao CDN no passado dia 18 de Abril. Importa sublinhar que nesta versão não se verte qualquer alteração conceptual e de conteúdo no documento final, com data de 17 de Abril e emitido pelo CN do Colégio de Engenharia do Ambiente, e limitando-nos simplesmente a concentrar o seu conteúdo por forma a reduzir o número de páginas do documento. Para o efeito utiliza-se a metodologia utilizada por outros colégios nos respectivos documentos. Frisa-se, mais uma vez, ser importante salvaguardar a substância do documento, não ferindo os seus objectivos e não a condicionando pelo simples facto de se ter de verificar uma hipotética condição sobre a necessidade de homogeneizar o número máximo de páginas que cada documento por colégio terá de ter no final e para publicação.

Relativamente à reunião tida destacam-se abaixo os pontos abordados e que correspondem aos aspectos patentes no documento do CEA de 17 de Abril e sobre os quais o Colégio de Engenharia Civil (CEC) manifesta a sua não concordância. Sobre o demais patente no documento em apreço o CEC não expressou qualquer posição, pelo que presume a sua concordância.

Faz-se notar que o referencial da reunião foi o documento final do CN do CEA de 17 de Abril, referencial este que o CDN teve a oportunidade de analisar, e que se mantém na exposição seguinte.

## 1. Domínio “Abastecimento e Tratamento de Água”:

a) O CEC levantou reservas sobre actos nos subdomínios seguintes:

- i) Instalações, equipamentos e sistemas de águas e esgotos em edifícios.
- ii) Conduitas adutoras de águas.
- iii) Sistemas ou partes de sistemas de abastecimento de água.
- iv) Instalações simples de tratamento de água.

b) O CEA informou que os sub-domínios, elencados na alínea i) a iv) da alínea 1. a) anterior constam de legislação aplicável que está em fase de promulgação. Referimos-nos ao Decreto da Assembleia 334/XII e mais propriamente ao patenteado no Anexo III. Ora, no quadro 1 (Qualificações relativas à elaboração de projetos de engenharia) deste Anexo III, atribui-se aos engenheiros do ambiente a capacidade para elaborar projetos naqueles sub-domínios.

c) O CEA indicou que o CDN já anteriormente reconheceu o preconizado pelo CEA pois os ditos sub-domínios, elencados na alínea i) a iv) da alínea 1. a) anterior, faziam parte do conteúdo do documento veiculado pelo CDN no passado dia 15 de Abril. Estranha-se, portanto, que o CEC manifeste reservas sobre isto.

d) O CEC reconhece o advogado pelo CEA nas alíneas ii), iii) e iv) mas condiciona a aceitação da alínea i) da inclusão no final da frase e entre parêntesis do seguinte: “*(em que a natureza predominante não seja a obra de edifícios)*”. Salientamos que importa a natureza do ato e respetiva competência e não se o mesmo incide sobre “obra” numa visão clássica e redutora de engenharia. A natureza do ato e respetiva competência dos membros do CEA foi reconhecida pelos representantes do CEC, atenta a proposta acima transcrita que na altura fizeram. Desta forma entende-se que não existe qualquer desacordo quanto a que este atos constem na listagem do CEA.

e) Assim, o CEA reitera tudo o definido no seu documento sobre os sub-domínios supra e mantém os argumentos que sustentam a sua proposta, designadamente os factos dos engenheiros do ambiente terem formação académica de base naquelas matérias, de existirem na atualidade inúmeros engenheiros do ambiente exercendo a sua atividade profissional naqueles sub-domínios e de existir legislação que se lhe aplica.

## 2. Domínio “Drenagem e Tratamento de Águas Residuais”:

a) O CEC levantou reservas sobre actos nos subdomínios seguintes:

- i) Instalações, equipamentos e sistemas de águas e esgotos em edifícios.
- ii) Emissários submarinos.

b) O CEA informou que o sub-domínio elencado na alínea i) da alínea 1. a) anterior consta de legislação aplicável que está em fase de promulgação. Referimos-nos ao Decreto da Assembleia 334/XII e mais propriamente ao patenteado no Anexo III. Ora, no quadro 1 (Qualificações relativas à elaboração de projetos de engenharia) deste Anexo III, atribui-se aos engenheiros do ambiente a capacidade para elaborar projetos naquele sub-domínio.

c) O CEA indicou que o CDN já anteriormente reconheceu o preconizado pelo CEA pois os ditos

sub-domínios, elencados na alínea i) a iv) da alínea 1. a) anterior, faziam parte do conteúdo do documento veiculado pelo CDN no passado dia 15 de Abril. Estranha-se, portanto, que o CEC manifeste reservas sobre isto.

d) O CEC reconhece o proposto pelo CEA nas alíneas i) mas condiciona a aceitação da alínea i) a que se inclua no final da frase e entre parêntesis o seguinte: "(em que a natureza predominante não seja a obra de edifícios)". Saliencamos que importa a natureza do ato e respetiva competência e não se o mesmo incide sobre "obra" numa visão clássica e redutora de engenharia. A natureza do ato e respetiva competência dos membros do CEA foi reconhecida pelos representantes do CEC, atenta a proposta acima transcrita que na altura fizeram. Desta forma entende-se que não existe qualquer desacordo quanto a que este atos constem na listagem do CEA.

e) O CEC aceita o proposto pelo CEA na alínea ii) caso se inclua no final e entre parêntesis algo que condicione o âmbito da intervenção. Esta proposta, após auscultação de outros membros do CEA, não se considera fazer sentido pois a listagem de qualquer uma das 12 especialidades da OE incide, única e exclusivamente, sobre a sua área de especialidade e não sobre outras. Ainda sobre esta matéria novamente se reproduz o expresso antes pelo CEA sobre este particular:

Os Engenheiros do Ambiente na sua formação académica, consoante as unidades de ensino superior em que se diplomam e o grau de estudos, adquirem formação ao nível da modelação hidráulica e de qualidade da água bem como do dimensionamento hidráulico-sanitário de emissários submarinos. Isto confere-lhes à partida a capacidade para integrar equipas multidisciplinares de engenheiros, e outros profissionais (biólogos, oceanógrafos, etc.), orientados para o projecto destas infra-estruturas. Nestas equipas, ao contrário da desinformação que se tem propagado, os Engenheiros do Ambiente não projectam os elementos próprios do conhecimento de outras engenharias (como são exemplo as fundações e amarrações de elementos construtivos dos emissários submarinos, etc.) e têm uma intervenção preferencialmente ao nível da modelação do comportamento hidrodinâmico e da modelação da dispersão de poluentes e da qualidade da água, participando no processo de dimensionamento hidráulico-sanitário e de decisão sobre aspectos fundamentais como a localização do exutor, a orientação e extensão do exutor, etc.. Existem efectivamente casos de centros de investigação de excelência e empresas de consultoria em que Engenheiros do Ambiente participam em estudos e projectos nesta matéria.

f) Assim, o CEA reitera tudo o definido no seu documento sobre os sub-domínios supra e mantém os argumentos que sustentam a sua proposta, designadamente os factos dos engenheiros do ambiente terem formação académica de base naquelas matérias, de existirem na atualidade engenheiros do ambiente exercendo a sua atividade profissional naqueles sub-domínios e, no caso do sub-domínio elencado na alínea i) da alínea a) anterior, de existir legislação que se lhe aplica.

### 3. Domínio "Recursos Hídricos":

a) O CEC levantou reservas parciais sobre os actos no sub-domínio seguinte:

i) Intervenção em massas de água superficiais interiores, costeiras e de transição, e em águas subterrâneas, incluindo mitigação e adaptação a riscos ambientais e antropogénicos.

b) O CEC manifestou-se de acordo com o proposto com o excepção da parte "costeiras e de transição".

c) O CEA contrapõe com o facto de ser normal existirem engenheiros do ambiente que integram equipas multidisciplinares de profissionais que executam actividade naquela área.

c) Assim, o CEA reitera tudo o definido no seu documento sobre o sub-domínio supra e mantém os argumentos que sustentam a sua proposta, designadamente o facto dos engenheiros do ambiente na sua formação académica, consoante as unidade de ensino superior em que se diplomam e o grau de estudos, adquirirem formação naquela matéria e de existirem na atualidade alguns engenheiros do ambiente

exercendo a sua atividade profissional naquele sub-domínio.

#### 4. Domínio “Energia”:

a) O CEC levantou reservas parciais sobre os actos no sub-domínio seguinte:

i) Projetos de térmica de edifícios e soluções construtivas para a ecoeficiência de edifícios.

b) O CEC justifica as suas reservas parciais na componente de “térmica de edifícios” dizendo que nos planos curriculares que consultou, salvo erro limitando-se aos planos curriculares de cursos de Engenharia do Ambiente ministrados no Instituto superior Técnico e na Universidade do Minho, não ter verificado que os diplomados em Engenharia do Ambiente tivessem disciplinas em que fossem ministrados conhecimentos que lhe conferissem capacidade para realizarem actos no âmbito da térmica de edifícios.

c) O CEA contrapõe e reitera tudo o definido no seu documento sobre o sub-domínio supra e faz notar que existem engenheiros do ambiente exercendo actividade profissional que abrange esta matéria.

-

Em momento seguinte da reunião em que se procedeu a exercício inverso, o CEA apontou as suas divergências relativamente ao advogado pelo CEC no seu documento do actos de engenharia civil e em torno dos estudos de impacte ambiental (EIA). Neste campo o CEA considera que, à luz puramente da formação académica, a formação académica de base conferida aos diplomados em engenharia civil não lhes confere *per si* a capacidade da realização dos atos de elaboração e, consequentemente, muito menos de coordenação de EIA. O CEC ainda que reconheça, e assim dando razão ao CEA, no que se refere à falta de competência dos diplomados em engenharia civil para a elaboração dos EIA não abdica que lhe seja reconhecida a competência para a coordenação. Não obstante esta posição do CEC o CEA continua a manter, completa e total, oposição à referida posição do CEC. Neste contexto, se manifesta, mais uma vez, o CEA expressando não ser sua posição reivindicar a exclusividade de nenhum dos actos associados e propostos pelo CEA desde que, obviamente com excepção do que sobre a matéria esteja regulamentado e tenha força de lei, essa seja igualmente a postura dos restantes colégios sobre os atos próprios dos mesmos.

Sobre o demais o CEA continua a defender o inscrito no seu documento final datado de 17 de Abril pois resulta de uma reflexão profunda e de uma auscultação alargada aos seus membros, sendo estes os que na verdade reúnem mais conhecimento sobre a realidade do exercício da profissão de Engenheiro do Ambiente e os que têm a melhor visão das competências que são vertidas no documento entregue ao CDN.

Face ao exposto se solicita ao CDN que, com um elevado sentido de responsabilidade, aprove na integra o proposto pelo CEA e, assim, não defraude a expectativa dos membros do CEA sobre este tema tão importante para o exercício da profissão e não ignore a prática profissional dos colegas, membros da OE, inscritos no Colégio de Engenharia do Ambiente. Acresce que esta atitude é fundamental para que os membros do CEA não vejam diminuídos os direitos de exercício da sua atividade profissional, com enormes prejuízos, o que importa acautelar por parte da OE, pela responsabilidade que isso implicaria.

Na expectativa que esta exposição possa merecer a S/ melhor atenção e ao dispor para os esclarecimentos julgados necessários, subscrevem-nos com os melhores cumprimentos.

Luís Marinheiro

*Eng.º do Ambiente (U. Aveiro) / MSc. Eng.ª Biológica (U. Minho) [Degree in Environmental Engineering / Master of Science in Biological Engineering]*

Consultor Sénior em Engenharia do Ambiente [*Senior Environmental Engineering Consultant*]

Email: [lmarinheiro@gmail.com](mailto:lmarinheiro@gmail.com)

M: [+351 919562937](tel:+351919562937)

[pt.linkedin.com/pub/luís-marinheiro/17/7b/420/](https://pt.linkedin.com/pub/luís-marinheiro/17/7b/420/)

Skype: luis\_marinheiro

---

## 2 anexos



**12\_Ambiente\_17Abril15\_Compacta.docx**  
729K



**ATT00001.htm**  
22K

---

**Carlos Loureiro** <[carlos.loureiro@ordemdosengenheiros.pt](mailto:carlos.loureiro@ordemdosengenheiros.pt)>  
Para: "carlosloureiropt@gmail.com" <[carlosloureiropt@gmail.com](mailto:carlosloureiropt@gmail.com)>

14 de maio de 2015 12:27

Carlos Almeida Loureiro  
Vice Presidente Nacional

---

Ordem dos Engenheiros  
Av. António Augusto de Aguiar, 3 D  
1069-030 Lisboa  
T (+351) 213 132 609 F (+351) 213 132 615  
[www.ordemengenheiros.pt](http://www.ordemengenheiros.pt)  
[carlos.loureiro@ordemdosengenheiros.pt](mailto:carlos.loureiro@ordemdosengenheiros.pt)



ORDEM  
DOS  
ENGENHEIROS

---

**De:** Carlos Loureiro

**Enviada:** quinta-feira, 14 de Maio de 2015 12:29

**Para:** 'Imarinheiro'

**Cc:** Bastonario; José Vieira (UMINHO); Leonor Amaral; João Miguel Tiago de Almeida; José Sardinha; Ema Matos; Carlos Afonso Teixeira; Fernando Santana; António Brito; Arménio de Figueiredo; Colegio Ambiente; 'Cristina Machado'; Carias de Sousa ([cariasdesousa@esproperty.pt](mailto:cariasdesousa@esproperty.pt))

**Assunto:** RE: CEA - Atos de engenharia - Versão Final de 17Abr15 Compacta

Caro Eng. Luís Marinho

Venho dar nota de boa recepção e agradecer o pronto envio da mensagem junta e do documento anexo.

Como informei, serão presentes à reunião do CDN, bem como o reporte dos pontos resultantes da reunião de ontem:

Engenharia Civil:

- Eliminação do ato 6.1.2.9. (coordenação de estudos de impacte ambiental);

Engenharia do Ambiente:

- Grupo de atos 3.1. (Abastecimento e tratamento de água - Projeto):
  - Consideração de:
    - Conduatas adutoras de água (processo e equipamento eletromecânico);
    - Sistemas ou partes de sistemas de abastecimento de água (processo e equipamento eletromecânico);
    - Instalações, equipamentos e sistemas de água e esgotos exteriores a edifícios.
- Grupo de atos 7. (Recursos hídricos):
  - Eliminação do texto “costeiras e de transição” em todos os atos;
- Grupo de atos 11. (Energia):
  - Eliminação de todos os atos incidentes sobre “térmica de edifícios”

Com cumprimentos,

[Texto das mensagens anteriores oculto]

